

**ATENÇÃO: Prova Prático-Profissional (Subjetiva) - 10 de outubro de 1998, das 9 às 13 horas, devendo os aprovados comparecerem às 8 horas portando caneta azul ou preta e material para consulta, conforme edital.**

**Prova Objetiva do II EXAME DE ORDEM / 1998**  
**05.09.98**

01- A quem compete mediar e conciliar questões que envolvam controvérsias surgidas quando da dissolução de sociedade de advogados registrada numa determinada Seccional?

- a) ( ) Ao Conselho Pleno dessa Seccional
- b) ( ) À Caixa de Assistência dos Advogados da referida Seccional
- c) ( ) Ao Tribunal de Ética e Disciplina da Seccional em tela
- d) ( ) Ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

02- Qual o prazo que tem o Representado para apresentar sua defesa prévia, quando notificado para tanto, por determinação do relator do processo disciplinar?

- a) ( ) 30 (trinta) dias
- b) ( ) 15 (quinze) dias
- c) ( ) 10 (dez) dias
- d) ( ) 05 (cinco) dias

03- Quando do julgamento, pelo Tribunal de Ética e Disciplina de determinada Seccional, de um Advogado que está sofrendo um processo disciplinar, qual o prazo que tem esse Advogado, ou seu patrono, para defesa oral?

- a) ( ) 30 (trinta) minutos
- b) ( ) 20 (vinte) minutos
- c) ( ) 15 (quinze) minutos
- d) ( ) 10 (dez) minutos

04- Editar os Provimentos que julgar necessários é competência:

- a) ( ) das Caixas de Assistência dos Advogados
- b) ( ) das Subseções da OAB
- c) ( ) das Seccionais da OAB
- d) ( ) do Conselho Federal da OAB

05- A Terceira Câmara do Conselho Federal da OAB é presidida:

- a) ( ) pelo Vice-Presidente do Conselho Federal da OAB
- b) ( ) pelo Secretário-Geral Adjunto do Conselho Federal da OAB
- c) ( ) pelo Secretário-Geral do Conselho Federal da OAB
- d) ( ) pelo Tesoureiro do Conselho Federal da OAB

06- As Caixas de Assistência dos Advogados, dotadas de personalidade jurídica própria, são criadas pelos Conselhos Seccionais da OAB quando estes contarem:

- a) ( ) com mais de 15 (quinze) inscritos

- b) ( ) com mais de 100 (cem) inscritos
- c) ( ) com 100 (cem) inscritos
- d) ( ) com mais de 1.500 (mil e quinhentos) inscritos

07- Como se sabe, o mandato em qualquer Órgão da OAB é de três anos, sendo que os Conselheiros Federais eleitos iniciam seus mandatos:

- a) ( ) no dia primeiro de fevereiro do ano de sua eleição
- b) ( ) no dia primeiro de fevereiro do ano seguinte ao de sua eleição
- c) ( ) no dia primeiro de janeiro do ano de sua eleição
- d) ( ) no dia primeiro de janeiro do ano seguinte ao de sua eleição

08- A Inscrição Principal do advogado deve ser feita:

- a) ( ) no Conselho Seccional em cujo território pretende estabelecer o seu domicílio profissional, na forma do Regulamento Geral
- b) ( ) no Conselho Seccional em cujo território passar a exercer habitualmente a profissão
- c) ( ) em qualquer Conselho Seccional, mesmo sem levar em conta o seu domicílio profissional
- d) ( ) no Conselho Federal da OAB

09- Quantas Seccionais da OAB existem atualmente?

- a) ( ) 27 (vinte e sete)
- b) ( ) 26 (vinte e seis)
- c) ( ) 23 (vinte e três)
- d) ( ) mais de 700 (setecentas)

10- Somente uma das afirmativas abaixo está incorreta. Assinale-a.

- a) ( ) Não há hierarquia nem subordinação entre advogados, magistrados e membros do Ministério Público, devendo todos tratar-se com consideração e respeito recíprocos
- b) ( ) Não se inclui na atividade privativa de advocacia a impetração de habeas corpus em qualquer instância ou tribunal
- c) ( ) Cancela-se a inscrição do profissional que passar a exercer, em caráter temporário, atividade incompatível com a advocacia.
- d) ( ) Aplica-se à sociedade de advogados o Código de Ética e Disciplina, no que couber

11- O benefício de restituição:

- a) ( ) é proteção que não se confere aos incapazes;
- b) ( ) é invocado quando acaba a menoridade;
- c) ( ) é restrição feita aos menores de 18 anos;
- d) ( ) é ato jurídico anulável.

12- A convenção sobre os bens, que prejudiquem os direitos conjugais:

- a) ( ) é ato ilícito que pode ser ratificado;
- b) ( ) tem-se por não escrita;
- c) ( ) para ser confirmada necessita da outorga do outro cônjuge;
- d) ( ) mesmo assim tem eficácia e pode ser cumprida.

13- A melhor posse:

- a)  é aquela decorrente de mera permissão;
- b)  é a que autoriza o possuidor a restituir-se por seu próprio esforço;
- c)  é a que se funda em justo título;
- d)  é a que autoriza o possuidor ser mantido.

14- Se na obrigação de dar coisa certa, a coisa se perder, sem culpa do devedor, pendente condição suspensiva:

- a)  responde o devedor pelo equivalente do prejuízo;
- b)  responde o devedor pelo equivalente mais perdas e danos;
- c)  o credor resolve a obrigação, abatido ao seu preço o valor que se perdeu;
- d)  resolve-se a obrigação para ambas as partes.

15- A renúncia da herança:

- a)  pode ser tácita, quando resulta de atos compatíveis com o caráter de herdeiros;
- b)  pode ser tomada sob condição, ou a termo;
- c)  deverá constar expressamente de escritura pública, ou de termo judicial;
- d)  não importa, para os demais co-herdeiros, em cessão pura e simples.

16- Na execução para a entrega de coisa incerta:

- a)  sendo admitidos os embargos suspensivos da execução, expedir-se-á, em favor do credor, mandado de imissão;
- b)  a execução recai sobre coisas determinadas pelo gênero e quantidade;
- c)  a escolha feita pelo devedor citado, para entregar a coisa individualizada, poderá ser impugnada no prazo de 05 ( cinco) dias;
- d)  a coisa, mesmo já litigiosa, poderá ser alienada a terceiro.

17- A competência, em razão do território, poderá modificar-se:

- a)  pela continência, quando lhe for comum o objeto;
- b)  pela continência, quando lhe for comum o objeto ou a causa de pedir;
- c)  pela continência, sempre que houver identidade quanto às partes e a causa de pedir, e o objeto de uma abrange o das outras;
- d)  quando for comum o objeto e as partes.

18- Na petição inicial é lícito formular pedido genérico:

- a)  quando o autor pedir a condenação do réu a abster-se da prática de algum ato;
- b)  quando a determinação do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo réu;
- c)  mesmo quando for possível determinar as conseqüências do ato ou do fato ilícito;
- d)  quando o autor pedir a condenação do réu a tolerar alguma atividade.

19- Sujeita-se ao duplo grau de jurisdição, a sentença:

- a)  da qual houver apelação voluntária da parte vencida;
- b)  proferida em ação ordinária;
- c)  que anular casamento;
- d)  proferida contra menores.

20- O agravo de instrumento:

- a) ( ) é dirigido contra atos de mero expediente;
- b) ( ) será instruído somente com peças que o agravante entender por úteis;
- c) ( ) após o juiz comunicar a reforma da decisão, o relator levará imediatamente a julgamento;
- d) ( ) terá de satisfazer o requisito do pedido de reforma da decisão.

21- Analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa em que se encontra a seqüência correta:

- \* No procedimento dos crimes dolosos contra a vida o número máximo de testemunhas arroladas para depor em plenário é o mesmo da instrução criminal
  - \* A finalidade do inquérito policial é a apuração de fato que configure infração penal e a respectiva autoria para que a autoridade policial possa oferecer denúncia.
  - \* Se o indiciado for menor, ser-lhe-á nomeado curador durante a fase do inquérito policial, pela curadoria de menores.
  - \* No caso de inquérito apurado pela Polícia Federal, o prazo inicial, estando o indiciado preso, é improrrogável.
- a) ( ) Sim, não, sim, sim
  - b) ( ) Não, não, não, não
  - c) ( ) Não, não, não, sim
  - d) ( ) Sim, sim, sim, não

22- Analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa em que se encontra a seqüência correta:

- \* O protesto por novo Júri impedirá a interposição da apelação.
  - \* Havendo denegação da apelação é cabível carta testemunhável.
  - \* No Júri, não é admissível a interposição verbal de recurso, mesmo que se faça constar do respectivo termo esse fato.
  - \* O recurso obrigatório é cabível da sentença que conceder habeas corpus, da sentença absolutória referente a crimes contra a economia popular e da sentença de absolvição sumária no Júri.
- a) ( ) sim, não, sim, não
  - b) ( ) não, sim, sim, sim
  - c) ( ) não, não, não, sim
  - d) ( ) sim, não, sim, sim

23- Analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa em que se encontra a seqüência correta:

- \* Diz-se deserta a apelação no caso de fuga do réu, após ter apelado, tornando-se sem efeito a deserção se o réu for capturado.
  - \* No recurso de apelação não existe o efeito regressivo.
  - \* Embarguinhos, são chamados os embargos de declaração, resumidos, sintéticos.
  - \* A prisão temporária pode ser decretada de ofício pelo Juiz.
- a) ( ) sim, não, não, sim
  - b) ( ) não, sim, sim, sim
  - c) ( ) sim, sim, não, sim
  - d) ( ) não, sim, não, não

24- Assinale a proposição incorreta:

- a) ( ) Quando a infração deixar vestígios é dispensável a realização do exame de corpo delicto, direto ou indireto, podendo supri-lo a confissão do acusado.
- b) ( ) Estarão sujeitos a exame todos os instrumentos empregados para a prática da infração.
- c) ( ) Pelo princípio da indivisibilidade da ação penal é correto afirmar que a renúncia à ação penal privada contra um dos querelados a todos se estenderá.
- d) ( ) A lei processual faculta ao acusado a possibilidade de confessar, negar, silenciar ou mentir, vez que não há sanção prevista no caso de ocorrência de tais situações.

25- Assinale a proposição incorreta:

- a) ( ) O Juiz não pode pronunciar o réu pelo crime da competência do Júri e, no mesmo contexto processual, absolvê-lo da imputação de crime da competência do Juiz singular .
- b) ( ) Excepcionalmente, por entender haver sido o réu condenado injustamente, pode o Ministério Público, por ser "senhor" da ação penal, ingressar com pedido de revisão criminal em seu favor .
- c) ( ) A sentença de pronúncia não transita em julgado, produzindo, sim, preclusão **pro judicato**.
- d) ( ) O princípio da soberania dos veredictos no Tribunal do Júri é relativo pois comporta restrições.

26- Assinale a proposição correta:

- a) ( ) Delito plurilocal é aquele que, tem a conduta realizada num país e a produção do resultado noutro.
- b) ( ) Crime unissubsistente é o que se realiza com um só ato.
- c) ( ) O crime unissubsistente admite tentativa.
- d) ( ) Crime em trânsito é aquele praticado por intermédio de automóvel, motos, etc.

27- Assinale a alternativa correta:

- a) ( ) Comete crime de desobediência quem descumpre ordem de autoridade policial dada sem respeito às formalidades legais.
- b) ( ) Não há crime quando o agente usando moderadamente dos meios necessários repele qualquer agressão atual ou iminente a direito sem ou de outrem.
- c) ( ) De acordo com a sistemática do Código Penal, inclui-se entre os crimes contra a pessoa, o de estupro.
- d) ( ) A lei nº 9.099/95 tem por objetivo a reparação dos danos sofridos pela vítima e aplicação de pena não privativa de liberdade ao autor.

28- Assinale a alternativa correta:

- a) ( ) A intimação da sentença de pronúncia, no caso de crimes afiançáveis será feita ao réu, pessoalmente. Se não for encontrado, ao seu defensor .
- b) ( ) É causa de nulidade a não apresentação da contrariedade ao libelo.
- c) ( ) A falta de entrega da cópia do libelo ao réu é causa de nulidade.
- d) ( ) Havendo réplica, necessariamente há de existir tréplica, sob pena de nulidade do julgamento.

29- Assinale a proposição incorreta:

- a) ( ) Detração penal é o cômputo na pena privativa de liberdade do tempo de prisão preventiva, provisória ou de internação em hospital ou manicômio.
- b) ( ) Em sessão do Tribunal do Júri, se o Juiz entender que a testemunha faltou com a verdade determinará, de imediato, a prisão em flagrante.
- c) ( ) Norma penal em branco é a disposição legal com sanção determinada, permanecendo, entretanto, indeterminado o seu conteúdo.
- d) ( ) O infanticídio é crime próprio. O incesto é crime de mão própria.

30- Assinale a opção incorreta:

- a) ( ) A revisão criminal não é um recurso é uma ação penal rescisória.
- b) ( ) Crimes de mão própria são aqueles que só podem ser cometidos pelo sujeito em pessoa.
- c) ( ) O crime de difamação, exige, para sua consumação, a efetiva lesão do bem jurídico. É preciso, assim, que o ofendido seja prejudicado pela imputação.
- d) ( ) Peculato, concussão e prevaricação são crimes próprios.

31- A competência da Justiça do Trabalho de conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos alcança, entre outros:

- a) ( ) os trabalhadores autônomos e trabalhadores eventuais;
- b) ( ) empregados contratados no Brasil por entes de direito público externo;
- c) ( ) os profissionais liberais que mantenham contrato de prestação de serviço com fundações;
- d) ( ) os servidores públicos federais regidos pela Lei 8.112/90.

32- Entre os direitos dos trabalhadores urbanos, inclui-se:

- a) ( ) jornada de 48 (quarenta e oito) horas semanais de trabalho e não superior a 8 (oito) horas diárias;
- b) ( ) gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, 10% (dez por cento) a mais do que o salário normal;
- c) ( ) remuneração do trabalho diurno superior à do noturno;
- d) ( ) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.

33- A respeito da insalubridade, não é correto afirmar que:

- a) ( ) somente são consideradas insalubres as atividades constantes de Quadro das Atividades e Operações Insalubres aprovado pelo Ministério do Trabalho;
- b) ( ) a eliminação ou a neutralização da insalubridade ocorrerá com a adoção de medidas que conservem o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância e com a utilização de equipamentos de proteção individual ao trabalhador que diminuam a intensidade do agente agressivo a limites de tolerância;
- c) ( ) que o exercício de trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, assegura a percepção de adicional de 40% (quarenta por cento) do salário mínimo se classificado no grau médio;
- d) ( ) o direito do empregado ao adicional de insalubridade cessará com a eliminação do risco à sua saúde, nos termos das normas expedidas pelo Ministério do Trabalho e da CLT .

34- São condições para o exercício do direito do voto como para a investidura em cargos de

administração ou representação dos sindicatos patronais ou profissionais:

- a) ( ) estar associado por mais de 6 (seis) meses ao sindicato e mais de 2 (dois) anos de exercício da atividade ou da profissão;
- b) ( ) estar em atividade, vedado ao aposentado, mesmo que filiado;
- c) ( ) ser maior de 14 ( quatorze ) anos de idade, se homem, e 16 ( dezesseis ) anos de idade, se mulher;
- d) ( ) estar associado por mais de 3 (três) meses ao sindicato e mais de 1 (um) ano de exercício da atividade ou da profissão.

35- As Juntas de Conciliação e Julgamento são compostas de:

- a) ( ) um juiz do trabalho e três juizes classistas que funcionam sempre em conjunto, sendo nulo o julgamento se ausente qualquer um dos quatro membros;
- b) ( ) um juiz do trabalho que instrui e julga as reclamações trabalhistas e dois juizes classistas que somente tentam a conciliação entre reclamante e reclamado;
- c) ( ) três juizes do trabalho, sendo o mais antigo seu Presidente;
- d) ( ) um juiz do trabalho e dois juizes classistas que devem conciliar, instruir e julgar ações ajuizadas por empregados e empregadores, com exceção da fase de execução e liquidação das decisões quando funcionará somente o Presidente.

36- O empregado ajuizará sua reclamação trabalhista:

- a) ( ) na localidade onde prestar serviços ao empregador, ainda que tenha sido contratado noutra local ou no estrangeiro;
- b) ( ) obrigatoriamente, na localidade da celebração do contrato, mesmo que preste serviços em outra localidade;
- c) ( ) no foro da cidade em que reside, mesmo que o local de trabalho seja em outra cidade;
- d) ( ) necessariamente, na localidade onde o empregador mantém a matriz da empresa, mesmo que o empregado trabalhe em outra cidade na filial ou agência do empregador .

37- Cabe recurso de revista das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho:

- a) ( ) para o Superior Tribunal de Justiça sempre que o reclamante for servidor público regido pela Consolidação das Leis do Trabalho;
- b) ( ) para o Tribunal Superior do Trabalho sempre que proferidas com violação de literal dispositivo de lei federal, ou da Constituição da República;
- c) ( ) para o Supremo Tribunal Federal sempre que proferidas com violação de literal dispositivo da Constituição Federal;
- d) ( ) para o Conselho Superior do Trabalho sempre que o empregado tiver cometido falta grave e tenha sido demitido por justa causa.

38- Da decisão da Junta de Conciliação e Julgamento caberá:

- a) ( ) recurso ordinário para o Tribunal Regional do Trabalho, desde que o empregado, se vencido, recolha na Caixa Econômica Federal o valor da condenação como garantia da execução;
- b) ( ) apelação para o Tribunal Regional do Trabalho, no prazo de 15 dias, contados da publicação da sentença;
- c) ( ) recurso ordinário para o Tribunal Regional do Trabalho, salvo no caso de conciliação, quando o termo que for lavrado valerá como decisão irrecorrível;

d) ( ) recurso de revista para o Tribunal Superior do Trabalho se o valor da causa for inferior a 2(dois) salários mínimos, mas versar sobre matéria constitucional.

39- Na Justiça do Trabalho, a prova das alegações incumbe à parte que as fizer:

- a) ( ) salvo se a parte contrária negar o direito reclamado, quando atrairá para si o ônus da prova;
- b) ( ) salvo se a parte contrária reconhecer o direito, mas alegar seu pagamento atraindo para si o ônus da prova;
- c) ( ) salvo se o empregador for pessoa jurídica de direito público interno;
- d) ( ) salvo se o empregador for pessoa jurídica de direito público externo.

40- A execução das decisões da Justiça do Trabalho é de competência:

- a) ( ) da Justiça Comum Estadual, tendo em vista que a Justiça do Trabalho somente tem competência para a fase de cognição do processo;
- b) ( ) do Juiz ou Presidente do Tribunal que tiver conciliado ou julgado originariamente o dissídio e poderá ser promovida por qualquer interessado, ou **ex officio** pelo próprio Juiz ou Presidente ou Tribunal competente;
- c) ( ) da Junta de Conciliação e Julgamento que tiver conciliado ou julgado originariamente o dissídio e somente poderá ser promovida pelo Ministério Público do Trabalho;
- d) ( ) do Tribunal Superior do Trabalho, última instância da Justiça do Trabalho.

41- Acerca das empresas públicas e das sociedades de economia mista NÃO podemos afirmar:

- a) ( ) podem gozar de privilégios fiscais não extensivos às empresas do setor privado.
- b) ( ) possuem personalidade jurídica de Direito Privado.
- c) ( ) seu pessoal é empregado público, regido pela CL T .
- d) ( ) suas causas trabalhistas são julgadas pela justiça do trabalho.

42- A Prefeitura Municipal de Cajazeiras -PB deseja adquirir mobiliário e equipamentos para atender suas diversas Secretarias. Foi assessorada por um decorador, que sugeriu que, visando à padronização, fossem todos os móveis e equipamentos adquiridos de um certo produtor, empresa e representante comercial exclusivo, em razão da preferência de marca, reputada mais sofisticada. A assessoria do Prefeito aceitou a sugestão e considerou que seria o caso de inexigibilidade de licitação. Diante deste fato, podemos assegurar que:

- a) ( ) a atitude está correta.
- b) ( ) a atitude está incorreta, porque é vedada a preferência de marca.
- c) ( ) a atitude está incorreta, porque esta seria hipótese de dispensa de licitação.
- d) ( ) a atitude está incorreta, porque só no caso de aquisição direta do produtor se torna dispensável a licitação.

43- A forma de provimento em cargo público anteriormente ocupado por servidor estável, em virtude de não haver ele satisfeito as condições do estágio probatório, necessário à sua efetivação em outro cargo para o qual fora nomeado denomina-se:

- a) ( ) readmissão.
- b) ( ) reintegração.
- c) ( ) recondução.

d) ( ) reversão.

44- O prédio público onde funciona o Hospital Regional de Cajazeiras -PB é um bem público:

- a) ( ) de uso comum do povo.
- b) ( ) de uso extraordinário.
- c) ( ) dominial.
- d) ( ) de uso especial.

45- Acerca do controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário, é correto afirmar que:

- a) ( ) o ato discricionário é imune ao controle judicial.
- b) ( ) a legalidade é o único aspecto a ser controlado pelo Poder Judiciário.
- c) ( ) o ato vinculado não pode ser controlado quanto aos elementos objeto e motivo.
- d) ( ) é vedado ao Poder Judiciário apreciar o mérito do ato administrativo.

Assinale a opção correta para as questões de 46 a 50.

46- Em virtude da competência residual, a União poderá instituir:

- a) ( ) Imposto Sobre Grandes Fortunas -IGF
- b) ( ) Imposto Extraordinário em Caso de Guerra Externa.
- c) ( ) Imposto Sobre Propriedade Territorial Rural -ITR
- d) ( ) Impostos que ainda não estejam reservados à sua competência, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios de outros impostos.

47- A Natureza Jurídica específica do tributo é determinada:

- a) ( ) Por sua base de cálculo.
- b) ( ) Por seu contribuinte.
- c) ( ) Por seu fato gerador.
- d) ( ) Por seu lançamento.

48- A imunidade tributária prevista como uma Limitação Constitucional ao Poder de Tributar impede que as pessoas jurídicas de direito público interno, inclusive suas fundações e autarquias, os templos de qualquer culto, os partidos políticos, entidades sindicais dos trabalhadores e instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, sejam tributadas por:

- a) ( ) Algumas taxas.
- b) ( ) Algumas Contribuições de Melhoria.
- c) ( ) Alguns impostos.
- d) ( ) Todos os impostos.

49- Assinale a alternativa em que se encontram os três impostos que podem incidir em virtude da importação de produtos estrangeiros:

- a) ( ) Imposto Sobre a Importação -II, Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IR e Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores -IPV A.
- b) ( ) Imposto Sobre a Importação -II, Imposto Sobre Produtos Industrializados -IPI e Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre a Prestação de

Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação -ICMS.

c) ( ) Imposto Sobre a Importação -II, Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza -ISS e Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores -IPV A.

d) ( ) Imposto Sobre Produtos Industrializados -IPI, Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza -ISS e Imposto Sobre a Movimentação Financeira -IPMF .

50- Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará, sucessivamente, na ordem indicada:

a) ( ) A analogia, os princípios gerais de direito tributário, os princípios gerais de direito público e a equidade.

b) ( ) A equidade; a analogia, os princípios gerais de direito público e os princípios gerais de direito tributário.

c) ( ) os princípios gerais do direito público, os princípios gerais do direito tributário, a analogia e a equidade.

d) ( ) os princípios gerais de direito tributário, os princípios gerais de direito público, a equidade e a analogia.

**GABARITO DA PROVA OBJETIVA DO II EXAME DE ORDEM DE 1998**

<b>QUESTÃO</b>	<b>RESPOSTA</b>
1	C
2	B
3	C
4	D
5	D
6	D
7	B
8	A
9	A
10	C
11	A
12	B
13	C
14	D
15	C
16	B
17	C
18	B
19	C
20	D
21	B
22	C
23	D
24	A

<b>QUESTÃO</b>	<b>RESPOSTA</b>
26	B
27	D
28	C
29	B
30	C
31	B
32	D
33	C
34	A
35	D
36	A
37	B
38	C
39	B
40	B
41	A
42	B
43	C
44	D
45	D
46	D
47	C
48	C
49	B

25	B
----	---

50	A
----	---